

Senac habilita técnicos em enfermagem



Mais de 50 alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Projeto de Formação dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - Profae foram habilitados pelo Senac. A formatura foi realizada no dia 27 de junho, em Dianópolis.

A cerimônia contou com a presença de profissionais do Senac e familiares dos formandos. Participaram também a coordenadora geral do Profae no Tocantins, Débora Petry, a coordenadora local do Profae, Creuza Ribeiro de Oliveira (madrinha das turmas), o prefeito de Dianópolis e paraninfo das turmas, José Salomão Jacobina Aires, a diretora do Hospital de Referência de Dianópolis, Márcia Lustosa, a prefeita de Porto Alegre do Tocantins, Edivan Pereira Neponocena, entre outras pessoas.

A cerimônia reservou algumas surpresas para formandos e convidados. A começar pelo Hino Nacional, que foi cantado pelo jovem Iritã Volvei. Além disso, os alunos prepararam uma homenagem para as professoras - todos cantaram uma música dedicadas às professoras. Ao final da apresentação, muita emoção e lágrimas de formandos e professoras.

A Coordenadora Geral do Profae no Tocantins, Débora Petry, destacou o feito dos formandos. "Esse é um momento muito importante e feliz na vida de todos. Que todos continuem seus estudos e se tornem grandes profissionais", frisou. (Ton Córdova)

A Coordenadora Geral do Profae no Tocantins, Débora Petry, destacou o feito dos formandos. "Esse é um momento muito importante e feliz na vida de todos. Que todos continuem seus estudos e se tornem grandes profissionais", frisou. (Ton Córdova)

(Ton Córdova)

Legislação pode beneficiar 10 mil negócios no TO



Entra vigor amanhã a figura do Empreendedor Individual (EI), estabelecida pelo Projeto de Lei Complementar (PLC) 128/2008. A medida contempla o empresário sem sócios, optante pelo Simples Nacional e com receita bruta anual de até R\$ 36 mil. São autônomos e ambulantes, que normalmente não pagam tributos e não têm direitos previdenciários ou os benefícios de quem está na economia formal. Segundo divulgou ontem, em coletiva à imprensa, o presidente do Federação do Comércio do Estado do Tocantins (Fecomércio), Hugo de Carvalho, a criação do EI pode beneficiar cerca de 10,5 mil negócios informais no Tocantins e cerca de 1,3 milhão em todo o Brasil.

Quem optar por ser EI fará o recolhimento dos impostos e contribuições em valores fixos mensais, independente da receita bruta. Conforme regulamentado pelo Comitê Gestor da Redesim, também criado pelo projeto, os valores serão: R\$ 45,65 de contribuição para a Previdência Social; mais R\$ 1,00 referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), caso seja do setor de comércio; mais R\$ 5,00 de Imposto Sobre Serviços (ISS), se for contribuinte; e R\$ 12,45 caso tenha um empregado.

“Ao recolher esses impostos, o Empreendedor Individual tem direito a aposentadoria por idade, licença-maternidade e auxílio-doença. Está dispensado de contabilidade e pode ter um empregado. Está previsto um sistema muito simplificado de registro e a cobrança do pagamento mensal em conta de luz, água ou similar”, explica Carlos Assis, gerente de Articulação e Conhecimento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-TO). “A inscrição para aderir ao EI poderá ser feita pela internet e a formalização desse empreendedor deverá levar, no máximo, 30 minutos”, destaca Carvalho.

Quem participa

Podem participar empreendedores que atuam no comércio, indústria (poucas exceções); ou ainda prestam serviços de natureza não intelectual sem regulamentação legal, como, por exemplo, lavanderia, salão de beleza, lava-jato, reparação, manutenção, instalação, auto-escolas, chaveiros, organização de festas, encanadores, borracheiros, trabalhos complementares da construção civil, tais como a colocação de piso, forro, serviços de pintura e revestimentos, digitação, usinagem, solda, transporte municipal de passageiros, agências de viagem; e também escritórios de serviços contábeis.

O EI não contempla trabalhadores autônomos que atuam na construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores e vigilância e limpeza.

(Jornal do Tocantins)

Governo prorroga IPI e desonera bens de capital

Além de medidas fiscais, ministro da Fazenda anuncia ações financeiras, entre elas a queda da TJLP para 6%.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou nesta segunda-feira, 29, a prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para diversos setores e a desoneração de 70 itens de bens de capital. A renúncia fiscal estimada para 2009 das medidas anunciadas é de R\$ 3,342 bilhões.

Veículos, material de construção e linha branca de eletrodomésticos tiveram as alíquotas reduzidas renovadas pelo governo. Além disso, a desoneração da Cofins para as motos também será mantida, por três meses, até setembro.

O IPI para carros ficará reduzido até o fim de setembro, quando as alíquotas começam a voltar gradualmente até voltarem ao normal, em dezembro. No setor de caminhões, a isenção do IPI valerá até o final do ano. Isso é necessário, de acordo com o ministro, porque esse segmento foi um dos mais afetados pela crise financeira internacional. Para a linha branca, a redução será mantida até o dia 31 de outubro.

No caso dos materiais de construção, o imposto menor vai até o fim do ano. Mantega disse que para esse setor o prazo é maior porque há características específicas na realização de obras. O governo anunciou também a inclusão de vergalhões de aço e cobre na lista de materiais que terão redução do imposto.

O ministro também confirmou, conforme antecipado pela Agência Estado, que será mantida a isenção de PIS e Cofins até o final de 2010 para trigo, farinha de trigo e pão francês.

No caso do setor de bens de capital, Mantega anunciou a redução de IPI para 70 itens até 31 de dezembro de 2009. Ele disse que entre os itens estão válvulas industriais, muito usadas pelo setor.

Mantega afirmou que a continuidade do IPI reduzido nos setores de automóveis e motos tem como contrapartida um acordo com as empresas para que não demitam funcionários enquanto durarem as medidas.

Balanço

Momentos antes de começar a anunciar as novas medidas, o ministro fez um balanço das ações do governo até o momento. De acordo com ele, o crédito já foi restabelecido em parte e, com isso, as reclamações por parte dos empresários já diminuirão. "Ainda é insatisfatória (a oferta de crédito) e o custo financeiro ainda é elevado", admitiu o ministro acrescentando que há escassez de financiamentos principalmente para micro, pequena e média empresa, mas que as grandes companhias já conseguem captar recursos no exterior.

O segundo ponto apresentado pelo ministro enfatiza que a desoneração, o crescimento da massa salarial e os programas do governo mantiveram a demanda aquecida em setores estratégicos da economia. Mantega comentou também que há recuperação do emprego e que o saldo de criação de vagas já é positivo nos últimos meses. O ministro apresentou em seguida a recomposição da confiança pelo consumidor.

O quinto ponto é o de que os estoques da indústria já passaram por uma fase de ajuste completo. "Deve voltar a crescer no segundo semestre", previu. Segundo o ministro, a utilização dos estoques levou a produção industrial a cair fortemente, mas a perspectiva é de que volte a crescer nos próximos meses. "A indústria vai passar do negativo para o positivo daqui para a frente", projetou.

Mantega encerrou o balanço das medidas reforçando a projeção de crescimento do PIB brasileiro de 4,5% em 2010 e de 5% em 2011. Ele salientou que leu ontem no noticiário que o criador da sigla BRIC, Jim O'Neal, prevê expansão de 5% do PIB brasileiro no próximo ano.

(Agência Estado)